

LUIZ RODRIGUES WAMBIER
EDUARDO TALAMINI

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

TEORIA GERAL
DO PROCESSO

1

20ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Esta edição contém
Visual Law

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Iais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Amanda Juvêncio, Bárbara Baraldi, Emanuel Silva, Lucas Kfourir, Rafael Cattai, Vanessa Mafra e Victória Menezes Pereira

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Wambier, Luiz Rodrigues
Curso avançado de processo civil, volume 1 : Teoria geral do processo /
Luiz Rodrigues Wambier, Eduardo Talamini. -- 20. ed. rev., atual. e ampl. -- São
Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-872-0

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.

21-72781

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Processo civil 347.9(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO	7
APRESENTAÇÃO DA 20. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	11

PARTE I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA DO DIREITO PROCES- SUAL	33
1.1. Ser humano, sociedade, conflito e jurisdição	33
1.2. A evolução dos meios de solução de conflitos	34
1.3. Noções provisórias: ação, defesa, tutela jurisdicional, contraditório, proce- dimento e processo	35
CAPÍTULO 2. NORMA JURÍDICA PROCESSUAL	39
2.1. O direito processual no quadro geral do ordenamento jurídico	39
2.1.1. Normas de conduta (ou primárias) e normas estruturais (ou se- cundárias)	40
2.1.2. Direito material e direito processual	41
2.1.3. Direito privado e direito público	42
2.2. O grau de obrigatoriedade das normas processuais	44
2.2.1. Normas dispositivas e normas cogentes	44
2.2.2. Normas processuais cogentes e dispositivas	45
2.3. As posições subjetivas geradas pelas normas processuais	46
2.3.1. Classificação das posições jurídico-subjetivas	46
2.3.2. Ônus, deveres e estados de sujeição processuais	47
2.4. Relevância da identificação das normas processuais	49
2.4.1. Normas processuais civis: competência e espécies legislativas	49
2.4.2. Normas processuais civis e direito internacional	50
2.4.3. Normas processuais civis e direito intertemporal	50
2.5. Autonomia epistemológica do direito processual civil	53
2.6. Constituição e Processo	53

2.6.1.	Supremacia e efetividade da Constituição	53
2.6.2.	A especialidade da relação entre direito constitucional e proces- sual.....	54
2.6.3.	Tutela constitucional do processo	55
2.6.4.	Jurisdição constitucional	55
CAPÍTULO 3. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS		69
3.1.	Noções preliminares	69
3.2.	Princípios informativos e princípios fundamentais	70
3.2.1.	Princípios informativos.....	70
3.2.1.1.	Princípio lógico	70
3.2.1.2.	Princípio jurídico	71
3.2.1.3.	Princípio político.....	71
3.2.1.4.	Princípio econômico.....	71
3.2.2.	Princípios fundamentais	72
3.2.3.	Ainda é útil a categoria dos princípios informativos?	72
3.3.	Princípios fundamentais constitucionais e infraconstitucionais.....	73
3.4.	Inafastabilidade e universalidade da tutela jurisdicional	74
3.5.	Efetividade do processo	75
3.6.	Devido processo legal	75
3.7.	Ampla defesa.....	76
3.8.	Contraditório	76
3.9.	Imparcialidade	77
3.10.	Juiz natural	78
3.11.	Motivação (fundamentação) das decisões	78
3.12.	Publicidade	79
3.13.	Razoável duração do processo	79
3.14.	Proibição de provas ilícitas	80
3.15.	Assistência jurídica integral e gratuita	80
3.16.	Duplo grau de jurisdição.....	81
3.17.	Princípio da inércia inicial da jurisdição.....	81
3.18.	Impulso oficial	82
3.19.	Cooperação.....	83
3.20.	Oralidade	84
3.21.	Liberdade em face da jurisdição (inclusive liberdade negocial).....	85
3.22.	Fungibilidade.....	85
3.23.	Lealdade processual e boa-fé.....	86
3.24.	Proporcionalidade.....	87
3.25.	Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos	88

SUMÁRIO

17

PARTE II

JURISDIÇÃO

CAPÍTULO 4. JURISDIÇÃO	115
4.1. Separação de poderes e jurisdição.....	115
4.2. A evolução até a solução jurisdicional dos conflitos.....	116
4.3. Conceito e características essenciais.....	118
4.3.1. Atividade sancionatória e não sancionatória.....	118
4.3.2. A identificação das normas jurídicas (lei, valor e fato)	119
4.3.3. Jurisdição e Administração Pública	119
4.3.4. Substitutividade (imparcialidade essencial).....	119
4.3.5. Imperatividade.....	120
4.3.6. Imutabilidade (reserva de sentença)	120
4.3.7. Inafastabilidade.....	121
4.3.8. Indelegabilidade.....	121
4.3.9. Inércia	121
4.3.10. Conceito-síntese	121
4.4. Divisão da jurisdição.....	122
4.4.1. Comum e especial.....	122
4.4.2. Civil e penal	122
4.4.3. Contenciosa e voluntária	122
4.4.4. Interna e externa.....	124
4.5. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos.....	124
4.5.1. Autotutela	125
4.5.2. Autocomposição	125
4.5.3. Mediação e conciliação	126
4.5.4. Arbitragem.....	127
4.5.5. O processo administrativo	128
4.6. Limites da jurisdição	129
4.6.1. Limites internos.....	129
4.6.2. A coexistência do Estado na ordem internacional – Os tribunais supranacionais	130
4.6.3. Limites externos pessoais (“imunidades”).....	130
4.6.4. Limites externos objetivos (a “competência” internacional)	130
4.6.4.1. “Competência” exclusiva.....	131
4.6.4.2. “Competência” concorrente	132
4.6.4.3. Convenção de foro internacional	132
4.6.4.4. A litispendência internacional.....	132
4.7. A jurisdição no Estado contemporâneo	133

CAPÍTULO 5. PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....	149
5.1. Judiciário e função jurisdicional.....	150
5.2. Organização judiciária e Constituição Federal.....	150
5.3. Organização judiciária e Constituições Estaduais.....	151
5.4. Órgãos do Poder Judiciário.....	151
5.5. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça.....	152
5.6. Tribunais Regionais Federais e juízes federais.....	152
5.7. Justiças especiais.....	153
5.7.1. Justiça do Trabalho.....	153
5.7.2. Justiça Eleitoral.....	154
5.7.3. Justiça Militar.....	154
5.8. Tribunais e juízes dos Estados.....	155
CAPÍTULO 6. COMPETÊNCIA.....	163
6.1. Conceito.....	163
6.2. Critérios para a determinação da competência.....	164
6.2.1. Fontes normativas da competência.....	164
6.3. A importância dos critérios.....	165
6.4. Utilização dos critérios.....	165
6.5. Critério territorial.....	166
6.6. Critério funcional.....	170
6.7. Critérios objetivos.....	172
6.7.1. Valor.....	172
6.7.2. Matéria.....	172
6.7.3. Pessoa (<i>ratione personae</i>).....	173
6.8. Competência relativa – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	173
6.9. Competência absoluta – Regime jurídico – Formas de impugnação.....	174
6.10. Causas modificativas da competência.....	175
6.11. Conexão e continência.....	175
6.12. Prevenção.....	177
6.13. Roteiro prático para a definição da competência.....	178
6.14. Competência-competência.....	179
6.15. Instrumentos de controle da competência.....	179
6.16. Perpetuação da jurisdição.....	179
CAPÍTULO 7. COOPERAÇÃO JURISDICIONAL.....	197
7.1. Cooperação internacional.....	197
7.1.1. Noções gerais.....	197
7.1.2. Princípios.....	198
7.1.3. Requisitos.....	198

SUMÁRIO

19

7.1.4.	Objeto da cooperação jurídica internacional	199
7.1.5.	Auxílio direto.....	199
7.1.6.	Carta rogatória	200
7.2.	Cooperação nacional	201
7.2.1.	Noções gerais.....	201
7.2.2.	Modalidades.....	202

PARTE III

AÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO 8.	DIREITO DE AÇÃO: NATUREZA E CONCEITO	211
8.1.	Noção preliminar	211
8.2.	Teorias sobre o direito de ação	212
8.2.1.	Teoria imanentista ou civilista	212
8.2.2.	A polêmica Windscheid x Mütther e o reconhecimento da independência da ação.....	213
8.2.3.	A teoria da ação autônoma e concreta.....	213
8.2.4.	A teoria da ação como direito potestativo	214
8.2.5.	A teoria da ação como direito abstrato.....	214
8.2.6.	A teoria eclética da ação: ação abstrata e condicionada	215
8.2.7.	A concepção tradicionalmente adotada pelo direito positivo brasileiro.....	216
8.3.	O exame crítico das diversas teorias	217
8.3.1.	A insuficiência de cada teoria – A escalada de posições jurídicas ...	217
8.3.2.	A extensão do art. 5.º, XXXV, da CF.....	218
8.4.	Conceito analítico de ação	218
CAPÍTULO 9.	ELEMENTOS DA AÇÃO	225
9.1.	Elementos identificadores da ação	225
9.2.	As partes	227
9.3.	O pedido	227
9.4.	A causa de pedir.....	228
CAPÍTULO 10.	CONDIÇÕES DA AÇÃO	235
10.1.	Noções gerais.....	235
10.1.1.	A matriz constitucional do direito de ação.....	235
10.1.2.	A regulação processual do exercício da ação.....	236
10.1.3.	O sistema adotado pelo processo civil brasileiro.....	236
10.2.	Interesse processual	237
10.2.1.	Necessidade, utilidade e adequação	237
10.2.2.	Interesse processual e possibilidade jurídica do pedido.....	238

10.2.3.	Síntese.....	239
10.3.	Legitimidade das partes (legitimidade para a causa).....	239
10.3.1.	Legitimação ordinária	239
10.3.2.	Legitimação extraordinária (substituição processual e legitimidade extraordinária em sentido estrito)	240
10.3.3.	Síntese.....	241
10.4.	Exame crítico da teoria das condições da ação	241
10.4.1.	Limitação das condições da ação a aspectos propriamente processuais	241
10.4.2.	A condição da ação não é necessariamente aferida pela mera asserção do autor	242
10.4.3.	Conclusão	243
CAPÍTULO 11. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES		255
11.1.	Noções gerais	255
11.2.	Classificação quanto ao tipo de providência jurisdicional pedida pelo autor....	255
11.3.	Classificação das ações segundo a tutela requerida pelo autor no processo de conhecimento.....	256
11.3.1.	Ações declaratórias	256
11.3.2.	Ações constitutivas	257
11.3.3.	Ações condenatórias	258
11.3.4.	Ações mandamentais	259
11.3.5.	Ações executivas <i>lato sensu</i>	260
11.4.	Pluralidade de ações em um mesmo processo	261
CAPÍTULO 12. EXCEÇÃO (DEFESA DO RÉU).....		269
12.1.	Bilateralidade da ação e do processo	269
12.2.	Conceito de exceção	270
12.3.	Características da exceção	271
12.4.	Natureza da exceção	271
12.4.1.	A exceção não é ação.....	271
12.4.2.	A defesa não é dever, mas direito e ônus.....	272
12.5.	Classificação das defesas.....	273
12.5.1.	Defesas materiais e defesas processuais	273
12.5.2.	Defesas dilatórias e preempatórias.....	273
12.5.3.	Defesas materiais diretas e defesas materiais indiretas.....	274
12.5.4.	Exceções em sentido estrito e objeções.....	274

SUMÁRIO

21

PARTE IV
PROCESSO

CAPÍTULO 13. PROCESSO: CONCEITO E NATUREZA.....	285
13.1. Procedimento.....	285
13.2. Processo.....	286
13.3. Processo jurisdicional.....	286
13.4. Relação jurídica processual.....	286
CAPÍTULO 14. PROCESSO E PROCEDIMENTO E SUAS RESPECTIVAS MODALIDADES	295
14.1. A distinção entre processo e procedimento	295
14.2. A importância da distinção	297
14.3. As modalidades de tutela e os tipos de processo.....	299
14.3.1. Processo com fase principal de conhecimento (processo “sincrético”).....	300
14.3.2. Processo de execução.....	302
14.3.3. A eventual autonomia da fase urgente	303
14.4. Tipos de procedimento	304
14.4.1. Procedimento comum.....	304
14.4.2. Procedimentos Especiais.....	305
14.5. A plasticidade do procedimento	306
14.5.1. Alteração por convenção das partes.....	306
14.5.2. Adaptação pelo juiz: a flexibilidade do procedimento	306
CAPÍTULO 15. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	321
15.1. Noções gerais.....	321
15.2. Pressupostos processuais de existência.....	322
15.2.1. Presença do autor (petição inicial)	322
15.2.2. Jurisdição	323
15.2.3. Presença (possibilidade de participação) do réu (“citação”).....	323
15.3. Pressupostos processuais de validade positivos.....	324
15.3.1. Petição inicial apta.....	324
15.3.2. Órgão jurisdicional competente e juiz imparcial	325
15.3.3. Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo	326
15.4. Pressupostos processuais de validade negativos	327
15.4.1. Litispêndência.....	327
15.4.2. Coisa julgada	327
15.5. Regime jurídico.....	328
15.6. A relevância da distinção entre pressupostos de existência e de validade.....	328
15.7. Os pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional.....	329

15.8.	Hipóteses que não constituem pressuposto processual	329
15.8.1.	Convenção de arbitragem	329
15.8.2.	Perempção	330
15.8.3.	Capacidade postulatória: apenas reflexamente é pressuposto de existência	331
CAPÍTULO 16. PARTES, CAPACIDADE PROCESSUAL, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.....		339
16.1.	Partes – Conceito	339
16.1.1.	O momento da definição das partes.....	339
16.1.2.	Parte e legitimidade para a causa	340
16.2.	Capacidade de ser parte	340
16.3.	Capacidade de estar em juízo.....	340
16.4.	Representação e assistência.....	341
16.5.	Capacidade como pressuposto processual	342
16.6.	Capacidade postulatória	343
CAPÍTULO 17. SUCESSÃO PROCESSUAL		353
17.1.	Noções gerais	353
17.2.	Sucessão das partes	353
17.3.	Sucessão x substituição.....	354
17.4.	O regramento da sucessão <i>inter vivos</i>	354
17.5.	Sucessão processual <i>causa mortis</i>	355
17.6.	Sucessão dos procuradores (advogados).....	356
CAPÍTULO 18. LITISCONSÓRCIO.....		363
18.1.	Conceito	363
18.2.	Justificativa	364
18.3.	Tipos de litisconsórcio, segundo diferentes modos de classificação	364
18.3.1.	Quanto à cumulação de sujeitos do processo	364
18.3.2.	Quanto ao tempo de sua formação	364
18.3.3.	Quanto à sua obrigatoriedade	365
18.3.4.	Quanto ao tratamento recebido pelos litisconsortes (ou quanto à natureza jurídica da situação material subjacente)	365
18.4.	Litisconsórcio facultativo.....	366
18.4.1.	Litisconsórcio facultativo simples e unitário	367
18.4.2.	Hipóteses em que se pode formar o litisconsórcio (facultativo)	368
18.4.3.	A quem cabe a escolha pelo litisconsórcio	368
18.5.	Litisconsórcio necessário	369
18.5.1.	Hipóteses de necessidade	369
18.5.2.	Litisconsórcio necessário unitário e simples.....	370
18.6.	Consequências da não formação de litisconsórcio necessário	371

SUMÁRIO

23

18.7.	Regime jurídico do litisconsórcio	372
18.8.	Limitação do número de litisconsortes facultativos.....	373
CAPÍTULO 19. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS		383
19.1.	Noções gerais.....	384
19.2.	Definição de terceiro.....	384
19.3.	Justificativa da intervenção de terceiro em processo pendente	384
19.4.	As espécies de intervenção de terceiros: classificação	385
19.4.1.	Intervenção espontânea e intervenção provocada	386
19.4.2.	Classificação conforme a posição jurídica assumida pelo terceiro	386
19.4.3.	Classificação conforme a ocorrência de ampliação do objeto do processo	386
19.5.	Assistência	387
19.5.1.	Assistência simples	387
19.5.1.1.	Os poderes do assistente simples.....	388
19.5.1.2.	A eficácia da assistência simples (“resultado da intervenção”)	389
19.5.2.	Assistência litisconsorcial	390
19.5.2.1.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	391
19.5.2.2.	Submissão à coisa julgada.....	392
19.5.3.	Cabimento formal.....	392
19.5.4.	Momento	392
19.5.5.	Processamento da assistência.....	393
19.6.	Denúnciação da lide.....	393
19.6.1.	Noção e finalidades.....	393
19.6.2.	Exemplos	394
19.6.3.	Estrutura – Posições processuais	395
19.6.4.	Hipóteses	395
19.6.4.1.	Evicção	395
19.6.4.2.	Demais hipóteses em que a lei ou contrato prevê direito de regresso	396
19.6.4.3.	A controvérsia quanto ao cabimento da denúnciação pela Administração Pública a seu agente	396
19.6.5.	Denúnciação sucessiva – Limites.....	397
19.6.6.	Inviabilidade de denúnciação “per saltum”	398
19.6.7.	Iniciativa	398
19.6.8.	Sede para a denúnciação	398
19.6.9.	Momento e via da denúnciação – Ônus de promover-se a citação	398
19.6.10.	Processamento e decisão final.....	399
19.7.	Chamamento ao processo	400
19.7.1.	Conceito	400

19.7.2.	Finalidade	401
19.7.3.	Sede para o chamamento	401
19.7.4.	Facultatividade: extensão do ônus.....	402
19.7.5.	Estrutura – Posições jurídicas.....	402
19.7.6.	Hipóteses	403
19.7.7.	Momento	403
19.7.8.	Processamento	403
19.7.9.	Efeitos e autoridade da sentença.....	404
19.8.	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica	404
19.8.1.	Noção e finalidades.....	404
19.8.2.	Intervenção provocada – Legitimidade para a provocação	406
19.8.3.	Objeto e natureza do incidente	406
19.8.4.	Posição jurídico-processual do interveniente	407
19.8.5.	Cabimento formal e momento de instauração do incidente	407
19.8.6.	Pleito de desconsideração formulado na inicial.....	407
19.8.7.	Processamento e efeitos	407
19.8.8.	A decisão do incidente	408
19.8.9.	Os embargos de terceiro como remédio para impor a observância do incidente	410
19.9.	<i>Amicus curiae</i>	411
19.9.1.	Noção e finalidades.....	411
19.9.2.	A regra geral e a previsão em normas esparsas.....	412
19.9.3.	Cabimento formal e momento da intervenção.....	412
19.9.4.	Pressupostos objetivos.....	413
19.9.5.	Pressupostos subjetivos	413
19.9.6.	Irrecorribilidade da decisão sobre o ingresso de <i>amicus curiae</i>	414
19.9.7.	Os poderes do <i>amicus curiae</i>	414
19.9.8.	Não atingimento pela coisa julgada	415
19.9.9.	Ausência de modificação de competência.....	415
19.10.	Outras hipóteses de intervenção de terceiros.....	415
CAPÍTULO 20. JUIZ		443
20.1.	Noções gerais.....	443
20.2.	Poderes do juiz.....	446
20.2.1.	Poderes de polícia (ou “administrativos”)	446
20.2.2.	Poderes jurisdicionais.....	447
20.2.2.1.	Poderes ordinatórios (ou instrumentais).....	447
20.2.2.2.	Poderes instrutórios.....	447
20.2.2.3.	Poderes de urgência.....	447
20.2.2.4.	Poderes finais.....	448

SUMÁRIO

25

20.3. Deveres do juiz	448
20.4. Responsabilidade do juiz	449
20.4.1. Responsabilidade penal.....	449
20.4.2. Responsabilidade administrativa	449
20.4.3. Responsabilidade civil	450
20.5. Impedimento e suspeição	451
20.5.1. Causas de impedimento.....	451
20.5.2. Causas de suspeição.....	452
CAPÍTULO 21. AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	467
21.1. Noções gerais.....	467
21.2. Regime jurídico.....	468
CAPÍTULO 22. MINISTÉRIO PÚBLICO	475
22.1. Noções gerais.....	475
22.2. O Ministério Público como parte no processo civil individual	476
22.3. O Ministério Público como fiscal da lei	476
22.4. A atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i> – Regras gerais.....	477
22.5. Estrutura do Ministério Público	478
22.6. Princípios.....	478
CAPÍTULO 23. ADVOCACIA.....	493
23.1. A essencialidade do advogado para a jurisdição	493
23.2. Poder de postulação.....	494
23.3. Mandato (procuração).....	495
23.4. O órgão de classe: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	495
23.5. Os direitos, deveres e a responsabilidade do advogado.....	496
23.5.1. Direitos	496
23.5.2. Deveres	496
23.5.3. Responsabilidade	497
23.6. O regime único da advocacia privada e pública	497
23.7. Advocacia pública.....	497
23.7.1. Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público	498
23.7.2. Intimação pessoal dos advogados públicos.....	498
23.7.3. Prazos em dobro para a Fazenda Pública.....	498
23.7.4. Responsabilidade civil dos advogados públicos.....	498
23.7.5. A responsabilização por violação dos deveres processuais.....	499
23.7.6. Honorários advocatícios	499
CAPÍTULO 24. DEFENSORIA PÚBLICA	509
24.1. Noções gerais.....	509

24.2. Atribuições.....	510
24.3. Responsabilidade	511
24.4. Prazos	511
24.5. Intimação	512
CAPÍTULO 25. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	519
25.1. Formação do processo	519
25.2. Suspensão do processo.....	520
25.2.1. Noções gerais. Distinção de outras figuras.....	520
25.2.2. Regime jurídico do processo durante a suspensão.....	521
25.2.3. Hipóteses de suspensão previstas no art. 313	522
25.2.3.1. Morte da parte	522
25.2.3.2. Perda da capacidade processual da parte	523
25.2.3.3. Extinção de pessoa jurídica: suspensão apenas em hipóteses específicas	523
25.2.3.4. Morte ou perda da capacidade do representante ou do procurador de qualquer das partes	524
25.2.3.5. Convenção das partes	525
25.2.3.6. Arguição de impedimento e suspeição do juiz.....	526
25.2.3.7. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos	527
25.2.3.8. Questão prejudicial objeto de outro processo civil (prejudicialidade externa).....	528
25.2.3.9. Fatos ou provas.....	529
25.2.3.10. Motivo de força maior	530
25.2.3.11. Discussão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo	530
25.2.3.12. Fato delituoso (prejudicialidade externa penal).....	531
25.2.3.13. Parto ou adoção	532
25.2.3.14. Outros casos de suspensão	532
25.3. Extinção do processo	533

PARTE V

ATOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 26. ATOS PROCESSUAIS.....	547
26.1. Conceito e espécies.....	547
26.1.1. Panorama dos fatos e atos jurídicos em geral.....	548
26.1.2. O enquadramento dos atos processuais	549
26.1.3. Conceito de ato processual em sentido estrito.....	549
26.2. Forma – O princípio da instrumentalidade.....	550

SUMÁRIO

27

26.3.	O emprego da língua portuguesa.....	551
26.4.	Atos processuais por meio eletrônico	552
26.4.1.	O atual panorama.....	552
26.4.2.	O alcance da Lei 11.419/2006.....	553
26.4.3.	Regras aplicáveis aos processos que atualmente tramitam por meio físico	554
26.4.4.	Regras aplicáveis aos processos eletrônicos	556
26.5.	Publicidade	558
26.6.	Classificação dos atos dos sujeitos processuais.....	559
26.7.	Atos das partes	559
26.8.	Atos do juiz.....	562
26.8.1.	Sentença.....	563
26.8.2.	Decisão interlocutória.....	565
26.8.3.	Despachos.....	566
26.9.	Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....	566
26.9.1.	Atos materiais	566
26.9.2.	Atos ordinatórios	567
26.10.	Atos de terceiros.....	568
CAPÍTULO 27. NEGÓCIOS PROCESSUAIS		583
27.1.	Conceito	583
27.2.	A possibilidade de negócios processuais atípicos.....	584
27.3.	Pressupostos dos negócios processuais.....	585
27.3.1.	Pressupostos subjetivos	586
27.3.2.	Pressuposto objetivo geral	586
27.3.3.	Pressupostos objetivos específicos.....	587
27.3.4.	Legitimidade <i>ad actum</i>	587
27.4.	Vedação ao abuso	588
27.5.	O controle pelo juiz	589
27.5.1.	Objeto do controle.....	589
27.5.2.	Recorribilidade	589
27.6.	Modalidades de negócios processuais e seus requisitos específicos.....	590
27.6.1.	Pactos meramente procedimentais	590
27.6.1.1.	Um primeiro exemplo: convenção de calendário processual	591
27.6.1.2.	Segundo exemplo: cláusula de eleição de foro.....	591
27.6.1.3.	Negócios procedimentais atípicos	592
27.6.2.	Negócios jurídicos com objeto processual em sentido estrito	592
27.6.3.	Convenções sobre o objeto da cognição judicial e o meio de prova... ..	592
27.6.3.1.	A delimitação consensual como ato de verdade.....	593
27.6.3.2.	A delimitação consensual como ato de vontade	594

27.6.3.3.	Os pactos sobre meio de prova	595
27.6.3.4.	A coexistência das duas modalidades da definição consensual.....	595
27.6.3.5.	Diferentes graus de vinculação da jurisdição, num caso e em outro.....	595
CAPÍTULO 28. A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS		607
28.1.	Planos da existência jurídica, da validade e da eficácia.....	607
28.2.	O critério para a classificação das invalidades processuais	608
28.2.1.	O objetivo da teoria das invalidades processuais	609
28.2.2.	A sanabilidade dos atos processuais.....	609
28.2.3.	As modalidades de saneamento do ato processual: convalidação, irrelevância e suprimento	610
28.2.4.	O critério de classificação das nulidades à luz das modalidades de saneamento	610
28.3.	Espécies	612
28.3.1.	Mera irregularidade	612
28.3.2.	Nulidade relativa.....	612
28.3.3.	Nulidade absoluta	612
28.3.4.	Inexistência jurídica	613
28.3.5.	Ressalvas terminológicas	614
28.4.	Diretrizes a respeito da invalidade dos atos processuais	615
CAPÍTULO 29. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....		629
29.1.	Citação.....	629
29.1.1.	Conceito	629
29.1.2.	Efeitos da citação	630
29.1.2.1.	Induz litispendência	630
29.1.2.2.	Torna litigiosa a coisa	630
29.1.2.3.	Constitui em mora.....	631
29.1.3.	A interrupção do prazo da prescrição	631
29.1.4.	O comparecimento espontâneo do réu	632
29.1.5.	Hipótese especial de comunicação do processo ao réu	632
29.1.6.	A personalidade	634
29.1.7.	Local onde se realiza a citação	634
29.1.8.	Circunstâncias em que a citação não se realiza	635
29.1.9.	Classificação	636
29.1.9.1.	Citação real.....	636
29.1.9.1.1.	Citação pelo correio.....	636
29.1.9.1.2.	Citação por oficial de justiça.....	636
29.1.9.1.3.	Citação pelo escrivão ou chefe da secretaria.....	637

SUMÁRIO

29

29.1.9.1.4. Citação por meio eletrônico.....	637
29.1.9.2. Citação ficta.....	638
29.1.9.2.1. Citação por edital.....	639
29.1.9.2.2. Citação com hora certa	640
29.1.10. Nulidades.....	640
29.2. Intimação.....	641
29.2.1. Conceito	641
29.2.2. Destinatário da intimação	641
29.2.3. Modo.....	642
29.2.3.1. Intimação eletrônica.....	642
29.2.3.2. Intimação pela imprensa oficial.....	643
29.2.3.3. Intimação mediante carga dos autos.....	644
29.2.3.4. Intimação em audiência.....	644
29.2.3.5. Intimação por oficial de justiça.....	644
29.2.3.6. Intimação pelo correio.....	644
29.2.3.7. Intimação por hora certa ou edital.....	645
29.2.3.8. Intimação pelo advogado da parte	645
29.3. Nulidades.....	645
CAPÍTULO 30. PRAZOS PROCESSUAIS.....	657
30.1. Devido processo legal, procedimento e prazo.....	657
30.2. Prazos processuais	658
30.3. Unidades de contagem dos prazos	659
30.4. Prazos legais, prazos judiciais e prazos convencionais	659
30.5. Prazos dilatórios e prazos peremptórios	660
30.6. Prazos próprios e prazos impróprios	661
30.7. Regras gerais quanto à contagem dos prazos	662
30.7.1. Definição do termo inicial do prazo para a prática de atos pelo advogado.....	662
30.7.2. Termo inicial quando há litisconsórcio	663
30.7.3. Termo inicial para a prática de atos pela parte ou de terceiro.....	663
30.7.4. Ausência de “prematividade” do ato processual.....	664
30.7.5. Exclusão do dia do início e inclusão do dia do fim.....	664
30.7.6. Início da contagem apenas em dia útil.....	664
30.7.7. Dia com horário de expediente forense anormal ou com indisponibilidade da comunicação eletrônica.....	664
30.7.8. Cômputo apenas dos dias úteis, nos prazos em dia	664
30.7.9. Termo final apenas em dia útil – Prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.....	664
30.7.10. Hipóteses de prazo em dobro.....	665
30.7.11. Suspensão e interrupção de prazo.....	665

CAPÍTULO 31. PRECLUSÃO	675
31.1. Noções gerais	675
31.2. Espécies de preclusão	676
31.2.1. Preclusão temporal	676
31.2.2. Preclusão consumativa	676
31.2.3. Preclusão lógica	677
31.3. Preclusão e poderes do juiz	677
CAPÍTULO 32. CARTAS	685
32.1. Noções gerais	685
32.2. Espécies	686
32.3. Requisitos	687
32.4. Prazo	687
32.5. Intimação	687
32.6. Caráter “itinerante”	688
32.7. Modo de expedição	688
32.8. Cumprimento	688
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	693

LUIZ RODRIGUES WAMBIER
EDUARDO TALAMINI

CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

COGNIÇÃO JURISDICIONAL
(PROCESSO COMUM DE CONHECIMENTO
E TUTELA PROVISÓRIA)

2

20ª edição
Revista, atualizada e ampliada

Esta edição contém
Visual Law

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação de capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Amanda Juvêncio, Bárbara Baraldi, Emanuel Silva, Lucas Kfourri, Rafael Cattai, Vanessa Mafra e Victória Menezes Pereira

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Wambier, Luiz Rodrigues
Curso avançado de processo civil, volume 2 : cognição jurisdicional
(processo comum de conhecimento e tutela provisória) / Luiz Rodrigues
Wambier, Eduardo Talamini. -- 20. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo :
Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-871-3

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.

21-72772

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias Bibliotecária - CRB-8/94274

SUMÁRIO

SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO	7
APRESENTAÇÃO DA 20. ^a EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	11

PRIMEIRA PARTE

COGNIÇÃO JURISDICIONAL: NOÇÃO E ESPÉCIES

CAPÍTULO 1 – COGNIÇÃO JURISDICIONAL: INTRODUÇÃO	39
1.1. A cognição no quadro da jurisdição	39
1.2. Cognição e as demais modalidades de atuação jurisdicional	41
1.3. Objeto da cognição jurisdicional	42
1.4. Institutos fundamentais da cognição jurisdicional	42
1.5. Cognição e definição das normas jurídicas	43
CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE COGNIÇÃO	49
2.1. Introdução	49
2.2. Plano vertical: cognição exauriente e cognição superficial	50
2.3. Plano horizontal: cognição total e parcial	51
2.4. A conjugação das modalidades de cognição	51

SEGUNDA PARTE

PROCEDIMENTO COMUM DO PROCESSO DE CONHECIMENTO: FASE POSTULATÓRIA

CAPÍTULO 3 – O PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES	57
3.1. Processo plurifásico	57
3.2. O procedimento comum	58
3.3. As fases do procedimento comum	58

CAPÍTULO 4 – PETIÇÃO INICIAL	63
4.1. Conceito	63
4.2. Elementos (“requisitos”)	64
4.2.1. Juízo a que é dirigida	65
4.2.2. Partes e suas qualificações	65
4.2.3. Causa de pedir	67
4.2.4. O pedido	69
4.2.5. O valor da causa	69
4.2.6. As provas que serão produzidas	70
4.2.7. Manifestação sobre a audiência de conciliação ou mediação	71
4.2.8. Encerramento	71
4.3. Emenda à inicial	72
CAPÍTULO 5 – PEDIDO	83
5.1. Noções gerais	83
5.2. Certeza e determinação do pedido	84
5.3. Juros legais, correção monetária e verbas de sucumbência	85
5.4. Pedido genérico	87
5.5. Pedido de prestações sucessivas – Condenação para o futuro	88
5.6. Pedido cominatório	89
5.7. Pedido nas obrigações alternativas	89
5.8. Cumulação de pedidos	90
5.8.1. Cumulação simples de pedidos	90
5.8.2. Pedidos subsidiários (ou cumulação alternativa eventual)	91
5.8.3. Cumulação alternativa simples	92
5.8.4. Cumulação sucessiva eventual	92
5.9. Pedido e causa de pedir: limitadores da atividade jurisdicional	92
5.10. Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir	93
CAPÍTULO 6 – INDEFERIMENTO DA INICIAL E REJEIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO	103
6.1. Indeferimento da inicial	103
6.1.1. Conflito entre princípios fundamentais	104
6.1.2. Hipóteses de cabimento	105
6.1.3. Natureza do pronunciamento e recurso cabível	107
6.1.4. Juízo de retratação na apelação	107
6.1.5. Intimação do réu, na ausência de recurso do autor	108
6.1.6. Indeferimento parcial da inicial	108
6.1.7. Indeferimento tardio da inicial	108
6.2. Improcedência liminar do pedido	109

SUMÁRIO

17

6.2.1.	Improcedência liminar fundada em precedente.....	109
6.2.2.	Reconhecimento liminar de prescrição ou decadência	111
6.2.3.	Improcedência liminar e devido processo legal	112
6.2.4.	Natureza da decisão e recurso cabível.....	113
6.2.5.	Juízo de retratação.....	113
6.2.6.	Citação do réu para acompanhamento da apelação	113
6.2.7.	Comunicação do resultado do julgamento ao réu.....	114
6.2.8.	Rejeição liminar e parcial do pedido.....	115
6.3.	Aplicação geral	115
CAPÍTULO 7 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO		123
7.1.	Noções gerais.....	123
7.2.	Requisitos	124
7.3.	O cabimento de autocomposição.....	125
7.4.	Quem deve comparecer	126
7.5.	Procedimento.....	127
7.6.	Utilidade da audiência	129
7.7.	A atuação do conciliador e do mediador – Princípios que a norteiam	130
CAPÍTULO 8 – CONTESTAÇÃO		141
8.1.	Noção e princípios norteadores	141
8.1.1.	Concentração da defesa	141
8.1.2.	Eventualidade	142
8.1.3.	Forma da contestação	142
8.2.	Conteúdo da contestação.....	142
8.2.1.	Defesas preliminares	143
8.2.2.	Regime jurídico aplicável às preliminares.....	148
8.2.3.	Defesas de mérito	148
8.2.4.	Especificação de provas e outras providências.....	148
8.3.	Ônus da impugnação específica.....	148
8.4.	Prazo para o oferecimento	149
CAPÍTULO 9 – RECONVENÇÃO.....		161
9.1.	Conceito	161
9.2.	Autonomia da reconvenção	162
9.3.	Pressupostos objetivos.....	163
9.3.1.	Conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa	163
9.3.2.	Competência	164
9.3.3.	Identidade procedimental.....	164

9.4.	Legitimidade	166
9.5.	Procedimento.....	167
9.6.	Reconvenção da reconvenção	169
CAPÍTULO 10 – REVELIA.....		177
10.1.	Conceito	177
10.1.1.	Revelia em sentido estrito.....	177
10.1.2.	Revelia imprópria (aplicação do regime jurídico da revelia)...	178
10.2.	Efeitos da revelia.....	179
10.2.1.	Presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial	179
10.2.2.	Julgamento antecipado do mérito	179
10.2.3.	Desnecessidade de intimações do revel	180
10.2.4.	Inocorrência de questão prejudicial apta a fazer coisa julgada	180
10.3.	Efeitos nos casos de equiparação à revelia	180
10.4.	Inocorrência do efeito principal da revelia	181
10.4.1.	Contestação por litisconsorte passivo (art. 345, I)	181
10.4.2.	Ação sobre direitos indisponíveis (art. 345, II)	182
10.4.3.	Ausência de instrumento substancial (art. 345, III)	182
10.4.4.	Fatos incompatíveis com os elementos dos autos ou improváveis ou inverossímeis (art. 345, IV)	182
10.4.5.	Réu preso e citação ficta (curador especial)	183
10.4.6.	Substituição do assistido pelo assistente.....	183
10.4.7.	Decorrências	183
10.5.	Comparecimento posterior do revel	184

TERCEIRA PARTE

SANEAMENTO DO PROCESSO

CAPÍTULO 11 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO.....		195
11.1.	Noções gerais.....	195
11.2.	Hipóteses em que deve haver providências preliminares – Elenco não exaustivo.....	195
11.3.	Providências preliminares tipificadas no art. 348 e seguintes.....	197
11.3.1.	Especificação de provas, no caso de ausência do efeito principal da revelia.....	197
11.3.2.	Defesa material indireta e réplica	199
11.3.3.	Defesa preliminar e réplica	200
11.3.4.	Correção de vícios.....	200

SUMÁRIO

19

CAPÍTULO 12 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	205
12.1. Sentido do instituto	205
12.2. Extinção sem julgamento de mérito	206
12.3. Decisão de parcial impossibilidade de julgamento do mérito	207
12.4. Julgamento “antecipado” do mérito.....	207
12.4.1. Hipóteses de ocorrência	208
12.4.2. Terminologia	209
12.4.3. Natureza e recorribilidade do pronunciamento	210
12.5. Julgamento “antecipado” parcial do mérito	210
12.5.1. Hipóteses de ocorrência	210
12.5.2. Natureza, eficácia e estabilidade da decisão de julgamento parcial do mérito	211
12.5.3. Honorários de sucumbência	212
12.6. Saneamento e organização do processo	212
12.6.1. Hipótese de ocorrência	212
12.6.2. Terminologia	213
12.6.3. Eficiência e duração razoável do processo	213
12.6.4. Conteúdo	213
12.6.5. A audiência de saneamento compartilhado	215
12.6.6. Delimitação consensual de questões controvertidas e negócios processuais por ocasião do saneamento	216
12.7. A estabilidade do julgamento conforme o estado do processo.....	217

QUARTA PARTE

PROVAS

CAPÍTULO 13 – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	231
13.1. Direito, fato e prova	231
13.2. Prova e verdade no processo civil	234
13.3. Os significados de “prova”: atividade, meio e resultado	235
13.4. Os sujeitos da prova.....	235
13.4.1. O juiz como destinatário da prova.....	235
13.4.2. Irrelevância da autoria da prova (princípio da comunhão da prova).....	236
13.4.3. Os poderes instrutórios do juiz	236
13.4.4. O sistema da persuasão racional (livre convencimento moti- vado)	238
13.4.5. O direito das partes à prova	239
13.4.6. A garantia do contraditório – Necessidade da prova nos autos	240

13.4.7.	Dever e ônus de colaborar com a instrução probatória	241
13.4.8.	Ônus da prova	242
13.4.8.1.	A categoria geral do ônus	242
13.4.8.2.	O conceito de ônus da prova	243
13.4.8.3.	As funções do ônus da prova	243
13.4.8.4.	Ônus da prova é imperfeito	244
13.4.8.5.	A distribuição legal do ônus da prova	244
13.4.8.6.	A (re)distribuição dinâmica do ônus da prova	246
13.4.8.7.	A redistribuição convencional do ônus da prova	248
13.5.	Objeto da prova	248
13.5.1.	Afirmações de fatos	248
13.5.2.	A excepcional exigência de prova do direito	248
13.6.	Ainda o objeto da prova: fatos relevantes, controversos e determinados...	249
13.6.1.	Fato relevante	249
13.6.2.	Fato controvertido	250
13.6.3.	Fato notório	251
13.6.4.	Fato determinado	252
13.6.5.	Fato negativo e negativa de fatos: a prova da negação	252
13.7.	Meios de prova	254
13.7.1.	A distinção entre o meio da prova e o seu resultado	254
13.7.2.	A admissibilidade dos meios de prova – Meios típicos e atípicos	254
13.7.3.	Ausência de hierarquia entre os meios de prova – Exceções ...	256
13.8.	As regras sobre a forma dos atos jurídicos: direito material	257
13.9.	Prova emprestada	258
13.10.	Prova ilícita	259
13.11.	Indícios, máximas da experiência e presunções absolutas e relativas	261
13.12.	Procedimento probatório	262
13.12.1.	As fases do procedimento probatório	262
13.12.2.	A proposição da prova	262
13.12.3.	A admissão da prova	264
13.12.4.	Produção da prova	264
13.12.5.	Alteração da ordem probatória	265
CAPÍTULO 14 – DEPOIMENTO PESSOAL E CONFISSÃO		283
14.1.	Depoimento pessoal	283
14.1.1.	Conceito	283
14.1.2.	Sujeitos	284
14.1.3.	Características: pessoalidade e indelegabilidade	284
14.1.4.	Possíveis consequências do depoimento pessoal	285
14.1.5.	Diferenças dos outros meios de prova	286

SUMÁRIO

21

14.1.5.1. Em relação ao meio testemunhal.....	286
14.1.5.2. Em relação ao meio pericial.....	287
14.1.6. Depoimento pessoal e interrogatório.....	287
14.1.7. Legitimidade para requerer o depoimento pessoal – O requerimento de depoimento próprio	288
14.1.8. Modo de produção	289
14.1.8.1. A formulação de perguntas.....	289
14.1.8.2. O modo de resposta.....	290
14.1.8.3. Depoimento pessoal de parte residente fora da comarca (carta e videoconferência)	291
14.1.9. Consequência do não comparecimento e da recusa em responder	291
14.1.10. Justa recusa de responder	293
14.2. Confissão	293
14.2.1. Conceito, natureza e valor.....	293
14.2.2. Diferenças de outras figuras	295
14.2.3. Pressupostos de validade e eficácia.....	295
14.2.4. Outros limites à eficácia da confissão	297
14.2.5. Classificação.....	298
14.2.6. Características.....	299
14.2.6.1. Indivisibilidade	299
14.2.6.2. Vedação ao conteúdo inovativo	299
14.2.6.3. Irrevogabilidade	300
14.2.6.4. Anulabilidade	300
14.2.7. Confissão por representante.....	301
14.2.8. Confissão real e ficta	302
 CAPÍTULO 15 – PROVA DOCUMENTAL	 311
15.1. Conceito	311
15.2. Suporte e conteúdo do documento (fato representativo e fato representado)	313
15.3. Autoria.....	313
15.4. Classificação	314
15.5. Força probante dos documentos.....	315
15.5.1. Autenticidade do documento	316
15.5.2. Documentos públicos.....	316
15.5.3. Documentos particulares.....	317
15.5.4. Telegrama, radiograma, cartas, registros domésticos, notas do credor e livros empresariais	318
15.5.5. Força probante das reproduções.....	319
15.5.6. Perda da eficácia probatória.....	320

15.6. Instrumento substancial	320
15.7. Indivisibilidade	321
15.8. Documento estrangeiro	321
15.9. Produção da prova documental	322
15.10. Documento eletrônico	323
15.11. Ata notarial	325
CAPÍTULO 16 – PROVA TESTEMUNHAL	333
16.1. Conceito	333
16.2. A testemunha e outros partícipes do processo: distinções	334
16.3. Limites subjetivos da prova testemunhal	335
16.3.1. Capacidade para testemunhar	335
16.3.2. Suspeição da testemunha	335
16.3.3. Impedimento da testemunha	336
16.3.4. O juiz da própria causa como testemunha	337
16.3.5. O depoimento como “informante”	337
16.4. Limites objetivos da prova testemunhal	337
16.4.1. Fato relevante	337
16.4.2. Fato perceptível sensorialmente	338
16.4.3. Fato relacionado com a experiência comum, que não envolva juízo técnico	338
16.4.4. Fato não confessado nem documentalmente comprovado	339
16.4.5. Fato que não exija prova documental	339
16.5. Deveres e direitos da testemunha	340
16.6. Procedimento da prova testemunhal	342
16.6.1. Proposição da prova testemunhal	342
16.6.2. Deferimento da prova testemunhal	342
16.6.3. Apresentação de rol de testemunhas	342
16.6.4. Local e momento de produção da prova testemunhal	344
16.6.5. Ordem de oitiva das testemunhas	344
16.6.6. Qualificação da testemunha e possível contradita	345
16.6.7. Prestação de compromisso	345
16.6.8. Ordem e limites das perguntas	345
16.6.9. Documentação do depoimento	346
16.6.10. Forma do depoimento	346
16.6.11. Acareação	347
16.6.12. Oitiva de testemunha referida	347

SUMÁRIO

23

CAPÍTULO 17 – PROVA PERICIAL.....	355
17.1. Conceito	355
17.2. Classificação	357
17.3. Cabimento	358
17.4. O perito.....	358
17.4.1. Cadastro de peritos e de órgãos técnicos e científicos	359
17.4.2. Preferência por estabelecimento oficial, nas perícias médico-legal e de falsidade documental	359
17.4.3. As listas periciais nas varas ou secretarias	360
17.4.4. Suspeição e impedimento do perito	360
17.4.5. Perícia que exija conhecimentos multidisciplinares	360
17.4.6. Escusa e responsabilidade	361
17.5. Perito consensual.....	362
17.6. Honorários do perito	363
17.7. Assistente técnico	364
17.8. Procedimento.....	365
17.8.1. Momento de proposição	365
17.8.2. Prazo para conclusão.....	365
17.8.3. Conduta das partes posterior à nomeação do perito	365
17.8.4. Quesitos periciais	365
17.8.5. Diligências periciais	366
17.8.6. Contraditório na produção da prova pericial.....	366
17.8.7. Entrega do laudo e esclarecimentos posteriores.....	366
17.8.8. Segunda perícia	367
17.8.9. Perícia por carta	367
17.9. O laudo	367
17.10. Força probante da perícia	368
 CAPÍTULO 18 – INSPEÇÃO JUDICIAL	 375
18.1. Conceito	375
18.2. Objeto	376
18.3. Cabimento	377
18.4. A garantia do contraditório	378
18.5. Documentação	379
 CAPÍTULO 19 – AÇÕES PROBATÓRIAS	 383
19.1. Ações probatórias e direito autônomo à prova.....	384
19.2. Produção antecipada de prova	385
19.2.1. Natureza jurídica.....	385
19.2.2. Funções (hipóteses de cabimento)	385

19.2.3.	O empréstimo da prova produzida antecipadamente.....	387
19.2.4.	Aplicabilidade a todos os meios de prova	387
19.2.5.	Competência	388
19.2.6.	Legitimidade	389
19.2.7.	Intervenção de terceiros	389
19.2.8.	O contraditório na produção antecipada	390
19.2.9.	As regras do procedimento probatório	391
19.2.10.	A decisão final – Efeitos, recorribilidade e estabilidade	391
19.2.11.	O destino dos autos e o emprego da prova depois do fim do processo	392
19.3.	Exibição de documentos.....	392
19.3.1.	Exibição incidental e exibição autônoma	392
19.3.2.	Documento ou “coisa”	393
19.3.3.	Fundamentos do dever de exhibir o documento	393
19.3.4.	A distinção entre a exibição de documento pela parte e por terceiro	393
19.3.5.	Legitimidade	394
19.3.6.	Procedimento do pedido de exibição dirigido à parte.....	394
19.3.7.	Procedimento do pedido de exibição dirigido ao terceiro	395
19.3.8.	O ônus da prova	395
19.3.9.	Ausência do dever de exibição.....	396
19.3.10.	Consequências da indevida recusa de exibição pela parte	397
19.3.11.	Consequências da indevida recusa de exibição por terceiro....	398
19.3.12.	Natureza do incidente e de sua decisão final – Recorribilidade	399
19.4.	Arguição de falsidade	400
19.4.1.	Falsidade material e falsidade ideológica.....	400
19.4.2.	Objeto e função da arguição de falsidade.....	400
19.4.3.	Natureza – A eventual formulação de ação declaratória incidental	401
19.4.4.	Sede e fase de cabimento	402
19.4.5.	Momento.....	402
19.4.6.	Legitimidade e interesse processual.....	403
19.4.7.	Competência	404
19.4.8.	Forma do requerimento de arguição.....	404
19.4.9.	A participação do arguido.....	404
19.4.10.	Ônus da prova da falsidade	405
19.4.11.	A prova pericial	405
19.4.12.	A retirada do documento dos autos	406
19.4.13.	A resolução da arguição: natureza, efeitos e autoridade.....	407

SUMÁRIO

25

CAPÍTULO 20 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	419
20.1. Conceito	419
20.2. Características.....	420
20.3. Atos que antecedem a audiência	421
20.4. Fases da audiência	423
20.4.1. Abertura (art. 358 do CPC/2015)	423
20.4.2. Tentativa de conciliação	423
20.4.3. Instrução	424
20.4.4. Debate	425
20.4.5. Decisão.....	426
20.4.6. Documentação	427
20.5. Adiamento da audiência	427

QUINTA PARTE
SENTENÇA

CAPÍTULO 21 – SENTENÇA.....	435
21.1. Conceito	435
21.2. Sentença (como ato de primeiro grau) e acórdão com conteúdo e efeitos de sentença	437
21.3. Sentença e mérito da causa	437
21.4. Sentenças processuais (sentenças terminativas)	438
21.4.1. Sentenças processuais de inadmissibilidade da tutela jurisdicional	438
21.4.2. Sentença de indeferimento da petição inicial.....	440
21.4.3. Paralisação do processo por mais de um ano	440
21.4.4. Abandono do processo pelo autor	441
21.4.5. Perempção.....	442
21.4.6. Convenção arbitral.....	442
21.4.7. Desistência da ação.....	443
21.4.8. Morte da parte e ação intransmissível.....	444
21.4.9. A (relativa) estabilidade da sentença terminativa	445
21.5. Sentenças de mérito	445
21.5.1. Sentença de acolhimento ou rejeição do pedido	446
21.5.2. Sentenças de “homologação” de atos de disposição de vontade	446
21.5.3. Prescrição e decadência	447
21.6. Primazia da resolução de mérito	449
21.7. Consideração de fatos novos na sentença	450
21.8. Decisão interlocutória com conteúdo dos arts. 485 ou 487.....	451

21.9. Elementos	451
21.9.1. Relatório	451
21.9.2. Motivação	452
21.9.3. Dispositivo	454
21.9.4. Interpretação da sentença	455
21.10. Efeitos da sentença.....	455
21.10.1. Efeitos principais	455
21.10.2. Efeitos anexos	457
21.10.3. Efeitos secundários.....	457
21.11. Ordem cronológica de conclusão.....	458
21.12. Vícios da sentença – Princípio da congruência	459
CAPÍTULO 22 – REMESSA NECESSÁRIA	475
22.1. Noções gerais.....	475
22.2. Denominação do instituto	476
22.3. Natureza jurídica	477
22.4. Hipóteses de cabimento	477
22.4.1. Sentenças contrárias à Fazenda Pública.....	477
22.4.2. Exceções.....	478
22.4.3. A inexistência do recurso – O conhecimento e a extensão do recurso	478
22.4.4. O reexame necessário na ação monitória.....	479
22.4.5. Duas hipóteses ainda controvertidas quanto ao cabimento da remessa necessária.....	479
22.4.6. Ações de competência originária dos Tribunais: ausência de reexame.....	481
22.4.7. Previsões de remessa necessária em leis esparsas.....	481
22.5. Processamento	481
22.6. A vedação da reforma para pior	482
SEXTA PARTE	
RECURSOS	
CAPÍTULO 23 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS	491
23.1. Conceito e natureza jurídica	491
23.2. Recurso, duplo exame e duplo grau.....	493
23.3. Espécies recursais	496
23.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	497
23.5. Pressupostos de admissibilidade recursal	498
23.5.1. Cabimento – A fungibilidade recursal	499

SUMÁRIO

27

23.5.2. Legitimidade recursal.....	500
23.5.3. Interesse recursal.....	502
23.5.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	504
23.5.5. Tempestividade	506
23.5.6. Regularidade formal	508
23.5.7. Preparo.....	509
23.6. Dever de prevenção recursal	511
23.7. Competência para o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito	514
23.8. Efeitos.....	515
23.8.1. Efeito devolutivo	515
23.8.2. Efeito suspensivo	519
23.9. Classificação	519
23.9.1. Recursos ordinários e extraordinários	519
23.9.2. Recursos de fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....	520
23.10. Desistência do recurso	520
CAPÍTULO 24 – APELAÇÃO.....	543
24.1. Noção.....	543
24.2. Objeto: sentença e questões decididas por interlocutórias não agraváveis	544
24.3. Legitimidade e interesse recursal	545
24.4. Os vícios (erros) impugnáveis e o modo de corrigi-los.....	546
24.5. Interposição	547
24.6. Juízo de retratação	548
24.7. Conteúdo	548
24.8. Efeitos	549
24.8.1. Efeito devolutivo.....	549
24.8.2. Efeito suspensivo <i>ope legis</i> , em regra	553
24.9. Processamento em primeiro grau	554
24.10. Processamento em segundo grau.....	554
CAPÍTULO 25 – AGRAVO DE INSTRUMENTO	569
25.1. Noções gerais – Cabimento.....	569
25.2. Prazo e modo de interposição.....	576
25.3. Providências em primeiro grau de jurisdição.....	577
25.3.1. Juntada de cópia do agravo pelo recorrente	577
25.3.2. Juízo de retratação.....	578
25.4. Procedimento em segundo grau de jurisdição	579
25.5. Efeito suspensivo e ativo.....	580

CAPÍTULO 26 – AGRAVO INTERNO	595
26.1. Noções gerais	595
26.2. Objeto	596
26.3. Procedimento.....	597
26.4. Efeitos	599
26.5. Fundamentação do acórdão.....	599
26.6. Manifesta inadmissibilidade ou improcedência e multa	599
26.7. Fungibilidade.....	600
26.8. Uniformização do prazo.....	600
CAPÍTULO 27 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	611
27.1. Noções gerais.....	611
27.2. Objeto	612
27.3. Funções	612
27.3.1. Esclarecimento da decisão.....	613
27.3.2. Suprimento de omissão	613
27.3.3. Correção de erro material.....	614
27.4. Embargos declaratórios e caráter infringente.....	615
27.4.1. Efeito infringente como consequência do normal emprego dos embargos	615
27.4.2. O caráter puramente infringente	615
27.4.3. Caráter infringente e contraditório	616
27.4.4. Modificação da decisão e recurso subsequente	616
27.5. Embargos e prequestionamento.....	617
27.6. Procedimento.....	618
27.7. Efeitos	618
27.7.1. Efeito devolutivo	618
27.7.2. Efeito interruptivo de prazos recursais	619
27.7.3. Ausência de automático efeito suspensivo.....	619
27.7.4. Os embargos declaratórios nos Juizados Especiais	620
27.8. Embargos protelatórios.....	621
CAPÍTULO 28 – RECURSO ORDINÁRIO	631
28.1. Noções gerais.....	631
28.2. Hipóteses de cabimento	632
28.3. Competência.....	634
28.4. Os demais pressupostos de admissibilidade recursal.....	634
28.5. Procedimento.....	634
28.6. Efeitos	636

SUMÁRIO

29

CAPÍTULO 29 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	641
29.1. Noções gerais acerca dos recursos extraordinários <i>lato sensu</i>	641
29.2. Cabimento	643
29.2.1. Recurso extraordinário.....	644
29.2.2. Recurso especial.....	646
29.3. Repercussão geral no recurso extraordinário.....	647
29.4. Prequestionamento.....	650
29.5. Procedimento.....	653
29.6. Fungibilidade e dever de prevenção.....	657
29.7. Efeitos.....	658
29.7.1. Ausência de efeito suspensivo, em regra.....	658
29.7.2. Efeito devolutivo.....	659
29.8. Agravo em recurso especial ou extraordinário.....	659
29.9. Embargos de divergência	662
29.9.1. Cabimento	662
29.9.2. A comprovação e aferição da divergência	662
29.9.3. Procedimento conforme as regras regimentais	663
29.9.4. Interrupção do prazo para recurso extraordinário	663
 CAPÍTULO 30 – PROCEDIMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS.....	 685
30.1. Noções gerais – “Julgamento por amostragem”	685
30.2. “Recursos-amostra”	687
30.3. Decisão de afetação.....	688
30.4. Os efeitos da instauração do procedimento	689
30.5. Distinção.....	690
30.6. Processamento no Tribunal Superior e julgamento	691
30.7. Efeitos.....	692
30.7.1. Efeitos conforme grau de jurisdição e fase do processo	692
30.7.2. A incidência dos efeitos sobre atividades reguladas	694
30.7.3. Força vinculante “média”.....	694
30.7.4. Força vinculante em sentido estrito: cabimento de reclamação.....	695
30.7.5. Modulação dos efeitos.....	695
30.8. Desistência.....	696
30.8.1. Desistência nas ações atingidas pela decisão-quadro	696
30.8.2. Desistência do recurso-amostra	696
 CAPÍTULO 31 – RECURSO ADESIVO	 707
31.1. Noções gerais.....	707
31.2. Recursos que comportam a adesividade	708

31.3. Procedimento.....	709
31.4. Regime jurídico e juízo de admissibilidade.....	710
31.5. Recurso adesivo a recurso adesivo	710

SÉTIMA PARTE

OUTROS PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

CAPÍTULO 32 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	717
32.1. Noções gerais.....	717
32.2. Natureza jurídica	718
32.3. Legitimidade	718
32.4. Competência.....	718
32.5. Procedimento.....	719
32.6. Efeitos	720
32.7. O falso conflito de competência entre tribunal arbitral e juiz estatal.....	720
CAPÍTULO 33 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	727
33.1. Noções gerais.....	727
33.2. Natureza jurídica	729
33.3. Requisitos	729
33.4. Legislação aplicável.....	731
33.5. Eficácia nacional	731
33.6. Procedimento.....	731
33.7. Execução fiscal.....	733
33.8. Sentença estrangeira de divórcio.....	733
33.9. Medidas de urgência	733
33.10. Cumprimento	733

OITAVA PARTE

PRECEDENTES JUDICIAIS E MECANISMOS DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS REITERADOS

CAPÍTULO 34 – PRECEDENTES JUDICIAIS.....	743
34.1. Noções gerais.....	743
34.2. Força vinculante	745
34.2.1. Vinculação padrão	746
34.2.2. Vinculação média	747
34.2.3. Vinculação forte (força vinculante em sentido estrito).....	748

SUMÁRIO

31

34.3.	A força vinculante no processo civil brasileiro	748
34.3.1.	Decisões com força vinculante previstas na Constituição	748
34.3.2.	A disciplina do CPC	749
34.4.	Uniformização da jurisprudência	749
34.5.	Estabilidade, integridade e coerência.....	750
34.6.	Modificação de entendimento sedimentado (superação)	753
34.7.	Publicidade	754
34.8.	Método de formação	754
34.9.	Distinção de fatos (<i>distinguishing</i>): Consideração de novas questões jurídicas	755
CAPÍTULO 35 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA		769
35.1.	Noções gerais	769
35.2.	Pressupostos	770
35.3.	Legitimidade	771
35.4.	Competência.....	772
35.5.	Procedimento.....	772
35.6.	Efeitos	772
CAPÍTULO 36 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)		779
36.1.	Noções gerais	779
36.2.	Função	781
36.3.	Pressupostos objetivos	781
36.4.	Limites temporais	782
36.5.	Órgãos competentes.....	783
36.6.	Legitimados	783
36.7.	Princípios vetores do incidente procedimental.....	784
36.8.	O caráter objetivo do incidente.....	785
36.8.1.	Força vinculante	785
36.8.2.	Desistência da ação ou recurso-amostra não interrompe o incidente	786
36.8.3.	A coexistência de juízos sobre a questão repetitiva e sobre o caso específico que serve de amostra	786
36.9.	Contraditório	786
36.10.	Instrução.....	788
36.11.	Eficácia suspensiva da instauração do incidente.....	788
36.11.1.	Extensão a todo território nacional	788
36.11.2.	Meio de controle da distinção.....	789
36.11.3.	Tutela de urgência durante a suspensão.....	789

36.11.4. Duração da suspensão	790
36.12. Recorribilidade da decisão do incidente	790
36.12.1. Presença da repercussão geral.....	790
36.12.2. Submissão do recurso especial ou extraordinário ao procedi- mento de repetitivos.....	791
36.12.3. Eficácia suspensiva.....	791
36.12.4. Legitimidade recursal.....	791
36.13. Possibilidade de revisão da tese jurídica	791
36.13.1. Fundamentos da revisão.....	791
36.13.2. Legitimidade para o pedido de revisão	792
36.13.3. Contraditório, ampla publicidade e fundamentação.....	793
36.13.4. Modulação de efeitos.....	793
 CAPÍTULO 37 – SÚMULA VINCULANTE	 805
37.1. A previsão constitucional	805
37.2. Natureza jurídica	806
37.3. Matéria de cognição e objeto do processo objetivo da súmula vinculan- te.....	807
37.4. A disciplina infraconstitucional	809
37.5. As normas do Regimento Interno do STF e a garantia do contraditório	812
 CAPÍTULO 38 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE....	 823
38.1. Noções gerais.....	823
38.2. Natureza Jurídica	825
38.3. As hipóteses de instauração do incidente	825
38.4. Competência e quórum de declaração de inconstitucionalidade.....	827
38.5. Legitimidade	828
38.6. Procedimento.....	828
38.7. Intervenção de <i>amici curiae</i>	829
38.8. Recorribilidade	829
38.9. Questão constitucional repetitiva	830
 CAPÍTULO 39 – RECLAMAÇÃO	 837
39.1. Força vinculante e reclamação.....	837
39.2. Fundamentos, objeto e função da reclamação	838
39.3. Natureza jurídica	839
39.4. Autonomia da reclamação em face dos recursos judiciais e de outras medidas impugnativas	840
39.5. Legitimação ativa e passiva – Participação do Ministério Público	841
39.6. Competência.....	842

SUMÁRIO

33

39.7. Cabimento de medida urgente	842
39.8. Limites à cognição jurisdicional	842
39.9. A decisão da reclamação: efeitos e autoridade	843
39.10. Recursos.....	844

NONA PARTE

COISA JULGADA E SUA REVISÃO

CAPÍTULO 40 – COISA JULGADA.....	853
40.1. Conceito de coisa julgada material	854
40.1.1. Âmbito de incidência	854
40.1.2. Trânsito em julgado	854
40.1.3. Coisa julgada e efeitos da sentença	855
40.1.4. Coisa julgada e cognição superficial	855
40.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material	856
40.3. Coisa julgada e Constituição	856
40.4. Coisa julgada e ordem pública – Negócio processual	857
40.5. Limites objetivos da coisa julgada	858
40.5.1. Objeto do processo (pedido e causa de pedir)	858
40.5.2. Objeto idêntico ou incompatível	859
40.5.3. Limitação ao dispositivo sentencial	859
40.5.4. Questões prejudiciais e coisa julgada	860
40.5.4.1. Coisa julgada da resolução de questões prejudiciais ...	861
40.5.4.2. Extinção da ação declaratória incidental, no CPC/2015, como figura geral.....	862
40.5.4.3. Pressuposto necessário para o julgamento da lide ...	862
40.5.4.4. Contraditório prévio e questão prejudicial.....	864
40.5.4.5. Contraditório efetivo e questão prejudicial	864
40.5.4.6. Revelia e não formação da questão prejudicial	864
40.5.4.7. Cognição plena e questão prejudicial	865
40.5.4.8. Competência absoluta para a questão prejudicial....	865
40.5.4.9. Litisconsórcio necessário para a questão prejudicial....	865
40.5.4.10. Decisão expressa sobre a questão prejudicial	866
40.5.4.11. Desnecessidade de inserção formal no comando	866
40.6. Ainda os limites objetivos da coisa julgada: os limites temporais	866
40.6.1. Momento em relação ao qual a coisa julgada opera	866
40.6.2. Relações jurídicas continuativas	867
40.7. Eficácia preclusiva da coisa julgada	869
40.8. Limites subjetivos da coisa julgada	870
40.8.1. Limites subjetivos e garantias constitucionais	870

40.8.2. Extensão dos efeitos a terceiros	870
40.8.3. Terceiros titulares de direitos comuns ou de direitos ou ações concorrentes	870
40.8.4. Substituição processual e coisa julgada	872
40.8.5. Terceiros intervenientes e coisa julgada	872
40.9. Eficácia negativa e eficácia positiva da coisa julgada	872
40.10. A “relativização” da coisa julgada	873
CAPÍTULO 41 – AÇÃO RESCISÓRIA.....	889
41.1. Conceito e natureza jurídica	890
41.2. Objeto	891
41.2.1. Sentenças, interlocutórias de mérito e acórdãos	891
41.2.2. Desnecessidade de exaurimento recursal.....	891
41.2.3. Ações principais ou incidentais – Procedimento comum ou especial – Exceções	891
41.2.4. Rescisória parcial	892
41.2.5. Rescisória de rescisória	892
41.2.6. Decisões revestidas de coisa julgada material	892
41.2.7. O art. 966, § 2.º	892
41.2.8. Decisões juridicamente inexistentes ou absolutamente ineficazes	894
41.3. Hipóteses de cabimento	895
41.3.1. Concussão, prevaricação e corrupção do juiz	895
41.3.2. Impedimento do juiz – Incompetência absoluta do juízo	896
41.3.3. Defeito na conduta das partes	897
41.3.3.1. Dolo ou coação do vencedor	897
41.3.3.2. Colusão entre as partes.....	897
41.3.4. Violação à coisa julgada	898
41.3.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	899
41.3.6. Falsidade da prova.....	901
41.3.7. Prova nova.....	902
41.3.8. Erro de fato	903
41.4. Atos de disposição de direitos homologados em juízo.....	903
41.5. Competência.....	905
41.5.1. O critério para definição de competência	905
41.5.2. A emenda da inicial e a correção de competência	905
41.6. Legitimidade ativa.....	906
41.7. Peculiaridades processuais e procedimentais.....	907
41.7.1. Caução prévia e multa.....	907
41.7.2. Ausência de eficácia suspensiva.....	908
41.7.3. Indeferimento ou improcedência liminares.....	908

SUMÁRIO

35

41.7.4. Prazo para contestação	908
41.7.5. Ausência do efeito principal da revelia	909
41.7.6. Instrução probatória.....	909
41.7.7. Razões finais.....	909
41.7.8. Mudança de órgão julgador em caso de divergência	909
41.7.9. Juízo rescindente e juízo rescisório	910
41.8. Prazo para ajuizamento.....	910

DÉCIMA PARTE

COGNIÇÃO SUMÁRIA NO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO 42 – TUTELA PROVISÓRIA	929
42.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória	930
42.2. Panorama da tutela provisória no CPC/2015.....	931
42.2.1. Tutela de urgência e tutela de evidência	931
42.2.2. Tutela de urgência cautelar e antecipada	932
42.2.3. Tutela de urgência incidental e antecedente	932
42.2.4. Eliminação da duplicidade de processos.....	932
42.2.5. O ônus da formulação do pedido principal.....	933
42.2.6. Estabilização da tutela antecipada	933
42.3. Atividade jurisdicional urgente.....	934
42.4. A unificação de regime das medidas de urgência incidentais	934
42.4.1. Características comuns.....	935
42.4.2. Diferença quantitativa	935
42.4.3. Direito autônomo à proteção urgente	936
42.4.4. Decorrências práticas	939
42.5. Os limites da unidade de regime das medidas urgentes	940
42.6. Normas gerais da tutela provisória	941
42.6.1. Momento de concessão	941
42.6.2. Modalidades processuais que comportam tutela provisória....	942
42.6.3. Competência	942
42.6.4. Impossibilidade de concessão de ofício – Legitimação	943
42.6.5. Reversibilidade.....	944
42.6.6. Mutabilidade e revogabilidade.....	945
42.6.7. Fundamentação da decisão.....	946
42.6.8. Impugnabilidade	947
42.6.9. Execução.....	947
42.6.10. Cessação de eficácia	948
42.6.11. Proibição de repetição – Inatingibilidade do pedido principal....	949
42.6.12. Responsabilidade objetiva	950

42.7. Normas gerais da tutela urgente	951
42.7.1. Pressupostos.....	951
42.7.1.1. Probabilidade do direito	952
42.7.1.2. Perigo na demora ou perigo de danos irreparáveis ou de difícil reparação	953
42.7.1.3. Ausência de gradação abstrata entre os requisitos para a tutela urgente.....	954
42.7.1.4. Balanceamento	955
42.7.2. Caução	955
42.7.3. Modalidades de tutela urgente.....	955
42.8. Tutela cautelar antecedente.....	957
42.8.1. Petição inicial.....	957
42.8.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia	958
42.8.3. Fungibilidade	958
42.8.4. Defesa do réu e rumos do procedimento	958
42.8.5. Ônus de formulação do pedido principal	959
42.8.6. Formulação e processamento do pedido principal	959
42.9. Tutela antecipada antecedente – Estabilização.....	960
42.9.1. Petição inicial.....	960
42.9.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia	960
42.9.3. Fungibilidade	961
42.9.4. Citação do réu e prazo de defesa	961
42.9.5. Ônus de formulação do pedido principal	961
42.9.6. Processamento do pedido principal.....	962
42.9.7. Estabilização da tutela antecipada.....	962
42.9.7.1. Técnica monitoria	963
42.9.7.2. Limites à estabilização.....	964
42.9.7.3. Estabilização, efeitos práticos, declaração e (des)constituição	965
42.9.7.4. Alcance objetivo e subjetivo da estabilização.....	966
42.9.7.5. Ausência de coisa julgada material.....	967
42.9.7.6. Ação de revisão e outras ações de cognição exauriente: legitimidade e interesse	968
42.9.7.7. Prazo decadencial da ação de revisão	968
42.9.7.8. Ação promovida pelo próprio autor	969
42.10. Tutela da evidência.....	970
42.10.1. Hipóteses de cabimento.....	970
42.10.2. Regime jurídico	972
42.11. Limites à tutela provisória	972
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	987